



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

PROCURADORIA JURÍDICA

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000
JUCURUTU-RN – FONES: (84) 3429-2299 – 3429-3805 – FAX: 3429-3804
E-mail: prefeituradejucurutu@yahoo.com.br – jucurutu70anos@hotmail.com
CNPJ – 08.095.283/0001-04

PROCURADORIA JURÍDICA

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO 20080002/2024

PARECER

I – DO RELATÓRIO

A Procuradoria Jurídica do Município de Jucurutu/ RN, recebeu da Comissão Permanente de Licitação processo administrativo destinado à **ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2024 REALIZADO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU E A EMPRESA NOBRE E ASSOCIADOS CONTABILIDADE LTDA.** É o breve, porém necessário relato.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de ofício, enviado pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU** solicitando o primeiro termo aditivo, para prorrogação do período vigêncial para o íterim de **02 de outubro de 2025 a 01 de outubro de 2026**, cujo objeto É **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES DE CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA, CÂMARA, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS, JUNTO A SPREV DESTINADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU/RN.**

.

Em análise, verifica-se que existe um contrato de nº **12/2024** celebrado entre o **INSTITUTO DE PREVIDENCIA** do **MUNICÍPIO DE JUCURUTU** e o prestador acima nomeado, com objeto acima descrito. O contrato possui previsão de vigência até **01/10/2025**.

E neste momento há interesse expresso da administração em prorrogar o contrato, realizando **PRIMEIRO ADITIVO** de prazo, prorrogando-se **de 02 de outubro de 2025 a 01 de outubro de 2026**.

Sendo assim, a ocorrência da extinção simples, pura e imediata do prazo final de vigência contratual na data prevista, certamente acarretará enormes prejuízos aos servidores e ao município, uma vez que a contratada presta serviços relevantes ao ente Municipal. **Vide ainda as justificativas do referido Instituto demonstrando o interesse público em prorrogar o dito contrato.**

No tocante aos requisitos legais a fim de possibilitar o o presente aditivo, estes estão presentes. Vide:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

.Sendo assim, a lei 14133/21 possibilita, a prorrogação do presente contrato, conforme o interesse e necessidade da administração pública, nos termos legais acima.

Vide outrossim, que a atual gestão observa necessário e economicamente rentável realizar a pretendida prorrogação, justificando no interesse público, conforme requerido por lei.

Visualizada a minuta de aditivo contratual, observa-se que esta encontra-se em conformidade com a legislação atinente, pelo que esta Procuradoria Jurídica não visualiza impedimento técnico-jurídico à formalização do referido aditivo, nos moldes pleiteados.

Assim, OPINAMOS pelo possibilidade jurídica de formalizar-se a pretendida prorrogação.

III – OPINIÃO

Face ao todo o exposto, **OPINAMOS** que seja dado continuidade ao presente processo administrativo para realização do aditamento contratual, visto que entendemos estar presentes os requisitos legais para que seja realizado o aditivo de prazo ao referido contrato.

Este é nosso Parecer, salvo melhor juízo.

S.M.J., é o parecer.

Jucurutu/RN, 25 de agosto de 2025.



ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA
Procurador do Município - OAB/RN 9558